

Sete milhões para os índios

A Funai despenderá recursos da ordem de Cr\$7.753.620,00, este ano, para os projetos especiais de Bovinocultura, exploração de madeira, cultura de soja e de trigo, que estão sendo desenvolvidos pelos índios de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, de acordo com informações do Presidente da Fundação Nacional do Índio, General Ismarth de Araújo Oliveira, ao proferir conferência, ontem, no encerramento da 9ª reunião da Comissão de Coordenação do Ministério do Interior.

Segundo o General Ismarth, que apresentou a programação da Funai para o ano em curso, esses projetos possibilitarão rendimentos avaliados em Cr\$ 15.321.597. Em outros projetos especiais de desenvolvimento comunitário, situados em Itacará, Goiás; Marabá e São João do Araguaia, Pará; Noroeste de Mato Grosso, Alto Solimões, Alto Rio Negro, Roraima e Amzônia, serão necessários investimentos de Cr\$ 11.015.000.

Pretende a Fundação realizar ainda quatro novos cursos bilingues, para os grupos indígenas Kraho, no Estado de Goiás; Nambikwara, Mato Grosso; Kayapó, Pará; Tikuna, no Amazonas, e o VII Nuro de Indigenismo, em Brasília, e ampliar

o projeto Kaingang, do grupo indígena do mesmo nome, no Paraná e Santa Catarina, visando à formação de monitores agrícolas.

Reiterou o Presidente da Funai a sua política de manter o índio em seu "habitat", uma vez que "os índios isolados não têm necessidades de qualquer espécie. A partir do contato com o branco, é que surgem as necessidades, e o índio não tem como atendê-las". Acrescentou que a integração deve ser feita sem quebra de seus padrões naturais. Para ele, "antes de vermos o índio dentro de seu mundo, culturas, suas tradições e costumes, devemos antes de tudo vê-lo como dentro de sua dignidade, respeitando-o como pessoa humana".

Quanto aos problemas de terras, revelou que "o índio não dispõe de terras demais - como afirmam algumas pessoas - e tampouco é preguiçoso. Devemos é perguntar quando lhe foi dada a oportunidade de viver em suas terras, em condições para desenvolver sua própria cultura agrícola e comercializá-la". Duas fases são bastante delicadas no trabalho da Funai, segundo o seu presidente: o primeiro contato com os grupos tribais isolados e arredios e outra fase mais distante, a tentativa de integração do índio já acul-

turado à sociedade nacional, ou seja, o início e o fim da tutela.

- No momento, as áreas de maior atividade de atração são exatamente as de influência das rodovias Perimetral Norte e Manaus-Caracará, onde foram instalados postos de atração e está sendo montada base de apoio a esses postos, enquanto na Perimetral implantou-se a Base Avançada da Fronteira do Solimões, em Atalaia do Norte. Dessas bases partem e são reabastecidas as frentes de atração. O fato de um índio optar pela sociedade nacional - admitiu -, não significa que o abandono de seus padrões culturais de origem. Por isso, a Funai promove contatos e põe em prática medidas que assegurem o respeito à pessoa do índio, a defesa de sua terra e sua cultura, pois caso contrários os grupos contactados poderiam transformar-se em grupos marginalizados. A Funai tenta estar presente em todas as frentes pioneiras, para evitar que isso aconteça.

Já que o progresso não para, procura a Funai usar as mesmas armas desse progresso, para resguardar o nosso índio dos impactos irreversíveis de duas culturas diferentes que se encontram, finalizou o General Ismarth de Araújo.

veda na fronteira a ação de estrangeiros

SALVADOR (O GLOBO) — O presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth de Oliveira, explicou ontem que as restrições ao trabalho de antropólogos estrangeiros nas faixas de fronteira — que recentemente motivaram críticas à Funai — foram determinadas pelo Conselho de Segurança Nacional.

— Não vejo razões de críticas, em função dessas restrições. Qual o país do mundo que não controla suas áreas de segurança? Recentemente, um antropólogo estrangeiro, em determinada área, criou problemas até com o Exército, e foram as restrições fortalecidas a partir daí que motivaram as

O presidente da Funai, que participa em Salvador da X Reunião Brasileira de Antropologia, acrescentou que mesmo em outras áreas é preciso verificar a validade do trabalho de estrangeiros, para que não sejam preteridos profissionais brasileiros.

Integração

Uma das grandes questões que hoje se apresentam para a Funai — acrescentou — é como preparar em termos práticos os índios em vias de integração, ou os que logo não estarão isolados, para o impacto que representa o confronto com a cultura da população brasileira não indígena.

— O Estatuto do Índio é muito vago e não diz o que seja integração da maneira indígena. Para mim

se colocam então interrogações, como os níveis a que deve ser feita essa fala da integração, qual o papel da Funai nesse processo, como assegurar os direitos adquiridos, e outras do mesmo tipo.

Referiu-se o general Ismarth de Oliveira às dúvidas com que se deparam ele e antropólogos que se têm dedicado ao assunto, como no caso do índio canelas, do Maranhão. A comunidade não índia que envolve a desses índios é bem mais miserável que a indígena.

— Não sabemos se não seria mais lógico integrar inversamente essas populações, isto é, conduzir a comunidade não índia até os padrões e costumes dos canelas. O que sabemos com certeza é que o avanço das frentes civilizadoras é inexorável, ao mesmo tempo em que sabemos, em princípio que para o índio é muito melhor estar isolado.

Invasões de terras

Sobre as invasões de terras indígenas, disse o general que essas áreas são grandes e de difícil fiscalização. Fricou que a Funai verificou que, nas áreas onde ocorre aguda disputa de terras, não são apenas os índios que sofrem a violência dos grileiros, "violências que felizmente não são generalizadas em todo o País". Lembrou que a Funai tem pedido aos índios que defendam seu patrimônio, não brigando, mas informando-a sobre as invasões.

1/20/76
2/20/76

Sete milhões para os índios

A Funai despenderá recursos da ordem de Cr\$7.753.620,00, este ano, para os projetos especiais de Boinocultura, exploração de madeira, cultura de soja e de trigo, que estão sendo desenvolvidos pelos índios de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, de acordo com informações do Presidente da Fundação Nacional do Índio, General Ismarth de Araújo Oliveira, ao proferir conferência, ontem, no encerramento da 9ª reunião da Comissão de Coordenação do Ministério do Interior.

Segundo o General Ismarth, que apresentou a programação da Funai para o ano em curso, esses projetos possibilitarão rendimentos avaliados em Cr\$ 15.321.597. Em outros projetos especiais de desenvolvimento comunitário, situados em Itacará, Goiás; Marabá e São João do Araguaia, Pará; Noroeste de Mato Grosso, Alto Solimões, Alto Rio Negro, Roraima e Amzônia, serão necessários investimentos de Cr\$ 11.015.000.

Pretende a Fundação realizar ainda quatro novos cursos bilingues, para os grupos indígenas Krahó, no Estado de Goiás; Nambikwara, Mato Grosso; Kayapó, Pará; Tikuna, no Amazonas, e o VII Nuroso d Indigenismo, em Brasília, e amplie

o projeto Kaingang, do grupo indígena do mesmo nome, no Paraná e Santa Catarina, visando à formação de monitores agrícolas.

Reiterou o Presidente da Funai a sua política de manter o índio em seu "habitat", uma vez que "os índios isolados não têm necessidades de qualquer espécie. A partir do contato com o branco, é que surgem as necessidades, e o índio não tem como atendê-las". Acrescentou que a integração deve ser feita sem quebra de seus padrões naturais. Para ele, "antes de vermos o índio dentro de seu mundo, culturas, suas tradições e costumes, devemos antes de tudo vê-lo como dentro de sua dignidade, respeitando-o como pessoa humana".

Quanto aos problemas de terras, revelou que "o índio não dispõe de terras demais - como afirmam algumas pessoas - e tampouco é preguiçoso. Devemos perguntar quando lhe foi dada a oportunidade de viver em suas terras, em condições para desenvolver sua própria cultura agrícola e comercializá-la". Duas fases são bastante delicadas no trabalho da Funai, segundo o seu presidente: o primeiro contato com os grupos tribais isolados e arredios

turado à sociedade nacional, ou seja, o início e o fim da tutela.

— No momento, as áreas de maior atividade de atração são exatamente as de influência das rodovias Perimetral Norte e Manaus-Caracarái, onde foram instalados postos de atração e está sendo montada base de apoio a esses postos, enquanto na Perimetral implantou-se a Base Avançada da Fronteira do Solimões, em Atalaia do Norte. Dessas bases partem e são reabastecidas as frentes de atração. O fato de um índio optar pela sociedade nacional - admitiu -, não significa que o abandono de seus padrões culturais de origem. Por isso, a Funai promove contatos e põe em prática medidas que assegurem o respeito à pessoa do índio, a defesa de sua terra e sua cultura, pois caso contrário os grupos contatados poderiam transformar-se em grupos marginalizados. A Funai tenta estar presente em todas as frentes pioneiras, para evitar que isso aconteça.

Já que o progresso não para, procura a Funai usar as mesmas armas desse progresso, para resguardar o nosso índio dos impactos irreversíveis de duas culturas diferentes que se encontram, finalizou o General Ismarth de Araújo.

Funai diz por que veda na fronteira a ação de estrangeiros

SALVADOR (O GLOBO) — O presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth de Oliveira, explicou ontem que as restrições ao trabalho de antropólogos estrangeiros nas faixas de fronteira — que recentemente motivaram críticas à Funai — foram determinadas pelo Conselho de Segurança Nacional.

— Não vejo razões de críticas, em função dessas restrições. Qual o país do mundo que não controla suas áreas de segurança? Recentemente, um antropólogo estrangeiro, em determinada área, criou problemas até com o Exército, e foram as restrições fortalecidas a partir daí que motivaram as

O presidente da Funai, que participa em Salvador da X Reunião Brasileira de Antropologia, acrescentou que mesmo em outras áreas é preciso verificar a validade do trabalho de estrangeiros, para que não sejam preteridos profissionais brasileiros.

Integração

Uma das grandes questões que hoje se apresentam para a Funai — acrescentou — é como preparar em termos práticos os índios em vias de integração, ou os que logo não estarão isolados, para o impacto que representa o confronto com a cultura da população brasileira não indígena.

— O Estatuto do Índio é muito vago e não diz o que seja integração da maneira indígena. Para mim

se colocam então interrogações, como os níveis a que deve ser feita essa fala da integração, qual o papel da Funai nesse processo, como assegurar os direitos adquiridos, e outras do mesmo tipo.

Referiu-se o general Ismarth de Oliveira às dúvidas com que se deparam ele e antropólogos que se têm dedicado ao assunto, como no caso do índios canelas, do Maranhão. A comunidade não índia que envolve a desses índios é bem mais miserável que a indígena.

— Não sabemos se não seria mais lógico integrar inversamente essas populações, isto é, conduzir a comunidade não índia até os padrões e costumes dos canelas. O que sabemos com certeza é que o avanço das frentes civilizadoras é inexorável, ao mesmo tempo em que sabemos, em princípio que para o índio é muito melhor estar isolado.

Invasões de terras

Sobre as invasões de terras indígenas, disse o general que essas áreas são grandes e de difícil fiscalização. Fricção que a Funai verificou que, nas áreas onde ocorre aguda disputa de terras, não são apenas os índios que sofrem a violência dos grileiros, "violências que felizmente não são generalizadas em todo o País". Lembrou que a Funai tem pedido aos índios que defendam seu patrimônio, não brigando, mas informando-a sobre as invasões.